



**INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES
NA DISCUSSÃO DA PROPOSTA DO PCP
PARA TORNAR GRATUITOS OS MANUAIS ESCOLARES
NO 1º ANO DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

15 de Abril de 2016

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Já por várias vezes temos tido oportunidade de discutir a questão da gratuitidade dos manuais escolares neste Parlamento, nomeadamente através das diversas propostas apresentadas pelo PCP.

Conhecemos as posições de cada um dos partidos em relação a estas matérias. De um lado estão os que pretendem continuar a garantir os lucros das editoras às custas do sacrifício das famílias e, do outro, os que acham que se trata de um investimento no sucesso escolar e na igualdade de oportunidades, um investimento no futuro dos Açores.

Mas a proposta que trazemos aqui hoje não é tão abrangente e não se trata aqui de tornar gratuitos, como continuamos a pensar que deviam ser e voltaremos a essa proposta assim que nos seja regimentalmente possível, os manuais escolares para todos os graus de ensino. Não é essa a questão que somos hoje chamados a debater.

A questão que esta nossa proposta coloca é mais simples e poderíamos resumi-la desta forma:

As crianças açorianas merecem ou não ter os mesmos direitos e condições que as restantes crianças portuguesas na sua frequência escolar?

Deve ou não existir uma igualdade de oportunidades objectiva, real, entre as crianças dos Açores e as crianças do resto do País.

Esta é a pergunta a que temos de responder hoje!

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhora e Senhores Membros do Governo,



Em sede de Orçamento de Estado foi aprovada a proposta do PCP para incluir um artigo 127º que, no seu ponto 1, estabelece: “No início do ano letivo de 2016/2017 são distribuídos gratuitamente os manuais escolares a todos os estudantes do 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico.” e, no seu ponto 4: “É criado um grupo de trabalho, por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, tendo como missão a definição de um programa de aquisição e reutilização de manuais escolares e recursos didáticos com vista a implementar progressivamente, no prazo da atual legislatura, a sua gratuitidade em toda a escolaridade obrigatória.”

Para registo: Esta proposta foi aprovada em Comissão Parlamentar de Orçamento e finanças, sem votos contra, com os votos favoráveis do PCP, PS e BE e com as abstenções do PSD e do CDS.

Como é sabido, por força da nossa Autonomia, estas regras não se aplicam aos Açores e muito bem, na nossa opinião. Aliás, têmo-lo defendido várias vezes, e nem todos os partidos concordaram connosco, que as regras do Orçamento de Estado não se podem sobrepôr ao nosso Estatuto Político-Administrativo.

No entanto, a criação desta regra coloca-nos, inevitavelmente, a questão que fiz atrás e que repito:

As crianças açorianas merecem ou não ter os mesmos direitos e condições que as restantes crianças portuguesas na sua frequência escolar?

Independentemente da opinião de cada um sobre gratuitidade dos manuais escolares ou sobre a saúde financeira do negócio editorial, trata-se aqui de uma questão de igualdade, de uma questão de justiça.

O que o PCP defende, é sabido, é a gratuitidade para todos os níveis de ensino. Mas não podíamos deixar de ser sensíveis à questão da igualdade, nem poderíamos aceitar que as crianças açorianas fossem prejudicadas em relação às do continente.

É esse o fulcro da nossa proposta.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Adiantando já a resposta à objecção tímida que sempre nos levantam, sobre o sistema de empréstimo de manuais escolares, importa afirmar o seguinte:



Existindo situações diferentes nas diversas escolas do arquipélago, a verdade é que o sistema de empréstimos não é sempre universal, por vezes cobrindo apenas as famílias com rendimentos extremamente baixos, deixando de fora muitas famílias também têm rendimentos que não são elevados e que passam por muitas dificuldades e cujas crianças, objectivamente, não merecem, também, ser discriminadas em relação às do Continente!

E o sistema de empréstimos não é sempre gratuito: existem escolas que têm um sistema de aluguer de manuais, em que os encarregados cobrem 20% do seu custo e outras em que uma parte da verba do plafond atribuído pela Ação Social Escolar a cada aluno é cativada até à devolução do manual, efectivamente limitando o seu uso para outros fins;

Não é a mesma coisa ter um manual emprestado ou ter um manual atribuído, nem em termos do seu uso, nem do seu manuseamento, nem de consulta futura. Portanto, sem a gratuitidade, mesmo com o sistema de empréstimo, não existirá igualdade entre as crianças açorianas e as do resto do País.

Os manuais do 1º ciclo, muito mais do que os de outros níveis de ensino, são difíceis de reutilizar devido à sua natureza prática, às actividades e exercícios que contêm, o que também os torna menos adequados ao sistema de empréstimo;

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Importa ainda, repôr aqui a verdadeira dimensão das coisas e termos noção dos valores de investimento que estamos aqui a discutir.

De acordo com os dados disponibilizados pela Divisão de Apoio Técnico da Secretaria Regional da Educação, relativos ao ano lectivo 2014/2015, existiam 2877 alunos no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, a que se somam mais 661 alunos com Apoio educativo ou Necessidades Educativas Especiais, totalizando 3538 alunos.

Não é de acreditar que, para o ano lectivo de 2016/2017 este número tenha sofrido alterações radicais.

Se calcularmos um valor médio de 48 Euros por aluno, chegamos a um valor total de 169.824€ para o próximo ano lectivo! Estamos a falar de menos de 170 mil Euros para garantir a igualdade de oportunidades para as crianças açorianas!



É um valor irrisório para o Orçamento da Região, em especial se comparado com tantos desperdícios e gastos inúteis que bem conhecemos, mas que fará uma grande diferença nos orçamentos familiares.

Não é impossível, não é irresponsável, na perspectiva das contas públicas, aprovar esta proposta.

É possível, é necessário, é urgente dar igualdade de oportunidades às crianças açorianas e contribuir para o seu sucesso escolar.

A escolha é simples.

Disse.

Horta, 15 de Abril de 2016

O Deputado do PCP Açores